

# Novo acesso: uma solução para gargalos

Congestionamentos na chegada à Margem Direita do Porto de Santos e recordes de cargas evidenciam problema logístico a ser superado

TED SARTORI  
DA REDAÇÃO

Os congestionamentos de caminhões em direção ao Porto de Santos se intensificaram neste segundo semestre devido ao escoamento da safra de grãos e mobilizaram os caminhoneiros autônomos, que na última quarta-feira realizaram uma manifestação no Viaduto da Alemoa. Essa antiga realidade reforça uma necessidade: a da construção de um novo acesso para a Margem Direita, na Cidade. Há projeto para isso e, na mesma proporção, o consenso das diversas esferas do Poder Público a respeito dessa carência.

O tema é tão urgente que, na noite de sexta-feira, motivou uma reunião no Palácio dos Bandeirantes, sede do Governo do Estado, com a presença do governador Tarcísio de Freitas (Republicanos), sobre ações de curto, médio e longo prazos para tentar encerrar o nó logístico que cerca a chegada de caminhões ao porto santista, o maior da América Latina.

“Nós, que trabalhamos na Alemoa e na Margem Direita do Porto de Santos, estamos convencidos há muitos anos desta necessidade. Aumentou-se o volume (por tonelada, por quantidade de veículos comerciais e por TEU) e parece óbvio que



Caminhões parados em filas na região portuária santista provam necessidade de soluções à Margem Direita

são necessários maiores e melhores acessos. Tudo pela fluidez logística, organização e por segurança”, afirma o presidente da Associação das Empresas do Distrito Industrial e Portuário da Alemoa (AMA), João Maria Menano.

Ele ressalta que o momento deve ser aproveitado para o desenvolvimento da logística conjuntamente com a carga. Ainda mais porque,

lembra o dirigente da AMA, o recente Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontou que a população residente em Santos diminuiu, sendo “pura carga na veia dos acessos rodoviários e aumento na área de negócios”.

“Se olharmos para o conjunto de ações das últimas décadas, constatamos que foram construídas a segunda pista para automóveis

da Rodovia dos Imigrantes, as perimetrais de Santos e Guarujá, o Rodoanel, novos berços, além de novos e modernos terminais. E continuamos somente com a Anchieta para caminhões e o mesmo Viaduto da Alemoa para acesso à Margem Direita do Porto, que representa, ainda, mais de 50% do movimento de Santos. Ficamos verdadeiramente como um funil”, detalha.

## NEGOCIAÇÕES

Também em nota, a Fips confirmou as informações divulgadas pelo Governo do Estado, avaliando que essas negociações podem favorecer a Baixada Santista. O consórcio aguarda pelo que considera “o melhor acordo”.

“A construção do viaduto por um outro player possibilitará que os investimentos até então previstos pela Fips para a realização da obra sejam direcionados para outras importantes ações de cunho social da região. A Fips acredita que o Governo do Estado e a Autoridade Portuária vão chegar ao melhor acordo e aguarda a definição final por parte da APS”.

## O PROJETO

A segunda entrada para o Porto de Santos na Margem Direita, com a implantação de viadutos e via para descruzamento rododiferroviário na região da Alemoa e Saboó, está no contrato firmado pela Autoridade Portuária de Santos (APS) com a direção da Ferrovia Interna do Porto de Santos (Fips), administrada pelas empresas VLI, MRSe Rumo.

O compromisso é parte integrante da relação de investimentos mínimos e obrigatórios previstos a ser

rem realizados pela cessionária, a fim de expandir a capacidade de movimentação de cargas no complexo portuário santista. O consórcio, porém, procurou o Governo do Estado para solicitar uma troca.

“No contrato, o preço estava em R\$ 200 milhões, mas já atingiu hoje R\$ 400 milhões. Fomos procurados pela Fips para fazer uma troca e incluir essa obra no contrato da Ecovias. Em contrapartida, a Fips gastaria esses R\$ 200 milhões em habitação na Baixada Santista, em especial em Santos e Guarujá. Mas qualquer acerto depende da Autoridade Portuária”, revelou para a Tribuna o secretário estadual de Parcerias em Investimentos, Rafael Benini.

“É algo supernecessário. Não é uma obra fácil. Quanto mais rápido decidir, a obra pode ser iniciada. A Ecovias tem interesse em fazer”, emenda Benini.

Procurada pela Reportagem, a APS respondeu, em nota, que está tratando do assunto diretamente com a direção da Fips, uma vez que a decisão sobre o tema é de competência da gestão do Porto de Santos. “A APS divulgará o resultado tão logo se chegue a uma definição”, afirma.